

# Bibliografia comentada sobre políticas educacionais

Guilherme Veiga Rios

Orlene Alves Barros

Tiago de Almeida Silva

BIASIN, Chiara; CHIANESE, Gina. Oltre la pandemia: riscrivere il mondo con Paulo Freire. [Além da pandemia: reescrever o mundo com Paulo Freire]. *Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos (Rieja)*, Salvador, v. 4, n. 7, p. 22-33, jan./jun. 2021.

261

Tendo por base o conceito de “inédito viável” – novas soluções que emergem de situações-limite –, a construção de uma ética como alicerce da educação, a solidariedade e a esperança não apenas como princípios, mas sobretudo como ações cotidianas, Paulo Freire é apresentado como leitura necessária para os encaminhamentos que não de ser feitos na política e na gestão da educação nos sistemas de ensino em nível mundial, para além do trabalho mais especificamente pedagógico. No contexto pós-pandêmico, o resgate da práxis freireana pode começar pelas obras: *Pedagogia da esperança* (1992), *Educação como prática da liberdade* (1967), *Pedagogia da autonomia* (1996) e o artigo “Escola primária para o Brasil” (1961), este publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.

BÜHLER, Juliane; IGNÁCIO, Patrícia. Políticas públicas educacionais implicadas no bom desempenho em Ciências no Pisa: um estudo comparativo Brasil, Singapura e Finlândia. *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, PR, v. 23, p. 1-18, 2020.

Os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) 2015 nos testes de Ciências e, particularmente, na disciplina de Química, serviram

de base para uma comparação do desempenho de estudantes do Brasil, de Singapura e da Finlândia. O cruzamento de dados de desempenho, dados documentais sobre os sistemas de ensino dos países, investimentos, currículo e formação de professores, permitiu compreender quais fatores podem favorecer a melhoria do desempenho estudantil em Ciências e em Química. São indicados os fatores mais relevantes com vistas à formulação de políticas para essa melhoria a partir das contribuições positivas dos sistemas de ensino desses países.

GOIS, Antonio. *Quatro décadas de gestão educacional no Brasil: políticas públicas do MEC em depoimentos de ex-ministros*. São Paulo: Fundação Santillana, 2018. 239 p.

O panorama das políticas educacionais entre os governos João Baptista Figueiredo (1979-1985) e Dilma Rousseff (2011-2016) é mostrado por quatorze ex-ministros da Educação, desvelando os bastidores da formulação de políticas públicas. Conquistas e desafios da gestão educacional e do direito à aprendizagem são apresentados. Entre as conquistas estão: política educacional pensada como um sistema em parceria com os estados, os municípios e outros atores educacionais; instrumentos de avaliação de larga escala; ampliação do investimento em educação; educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade. Entre os desafios estão a centralização de programas, a falta de continuidade de programas iniciados em diferentes gestões e a expansão da oferta da educação pública junto com a qualidade de ensino. Nas falas das autoridades é possível identificar quais temas ganharam ou perderam prioridade no decorrer dos anos.

262

JACOMINI, Márcia Aparecida; SILVA, Antonia Almeida. Pesquisas em políticas educacionais: questões epistemológicas e desafios à consolidação da área da Educação (2000-2010). *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 13, n. 5, fev. 2019.

De 1.283 trabalhos de mestrado e doutorado de 20 programas de pós-graduação em educação no Brasil, foram selecionadas e analisadas 22 teses e dissertações, visando apreender questões epistemológicas, teórico-metodológicas e verificar a consistência das abordagens para a consolidação desse campo. A pesquisa revelou não articulação entre as perspectivas nas teses e dissertações e indicou a falta de levantamentos prévios acerca de pesquisas anteriores com a mesma temática. Além disso, embora haja um crescimento exponencial da produção acadêmica na área, ele não se converte em interação e diálogo entre pesquisadores mais experientes e os que estão em formação. Para avançar na produção de conhecimento em educação, há necessidade de compreensão e mobilização de referenciais epistemológicos, teóricos e metodológicos nas pesquisas e, também, entre pesquisadores, colaborando para a consolidação da área.

LIMA, Elmo de Souza. Os impactos da BNCC nas políticas de educação do campo e nos projetos educativos das escolas famílias agrícolas. *Revista Espaço do Currículo [online]*, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 1-16, maio/ago. 2021.

O artigo aborda a elaboração de novas políticas para a reformulação do currículo das escolas públicas e privadas após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017. Discutem-se as ações das secretarias estaduais e municipais de educação e seus impactos nas escolas do campo, visando identificar os prejuízos que essa política pode trazer para a formação de crianças e jovens que têm a escola pública como uma das principais fontes de formação cultural, política, social e científica. Analisa a forma como o processo está sendo implementado de modo rápido, sem o apropriado diálogo com os profissionais de educação sobre os significados políticos, pedagógicos e ideológicos que permeiam esse processo de flexibilização, em especial na Educação do Campo, que construiu um arcabouço teórico e pedagógico associado às lutas dos camponeses e aos movimentos sociais. O texto foi construído com o intuito de compartilhar as análises e reflexões desenvolvidas pelos educadores e movimentos sociais acerca dos possíveis impactos da BNCC na proposta pedagógica e curricular das escolas do campo, principalmente das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).

PINTO, José Marcelino de Rezende. O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 145, p. 846-869, out./dez. 2018.

As diretrizes para o financiamento da educação contempladas na Constituição Federal de 1988 sofreram duas modificações. A primeira delas corresponde à política de subvinculação pelo mecanismo de fundos constitucionais iniciada com a Emenda Constitucional (EC) nº 14/1996, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério (Fundef), depois substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) por meio da EC nº 53/2006. A segunda refere-se à garantia de recursos que assegurem um padrão mínimo de qualidade de ensino, também definido pela EC nº 14/1996, contudo, sua implantação na forma do Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi) foi estabelecida pela Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Os efeitos desse modelo de financiamento são analisados no que se refere às questões federativas e à redução das desigualdades.

---

Guilherme Veiga Rios, *PhD* em Linguística pela Lancaster University (Inglaterra) e licenciado em Letras – Língua Portuguesa e respectiva Literatura pela Universidade de Brasília (UnB), é pesquisador-tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e coordena o setor de Gestão Terminológica do Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec).

guilherme.rios@inep.gov.br

Orlene Alves Barros, mestre em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB), é pesquisadora-tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e trabalha no setor de Gestão Terminológica do Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec).

orlene.barros@inep.gov.br

Tiago de Almeida Silva, especialista na área de processamento técnico, graduado em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB), é bibliotecário no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

tiago.silva@inep.gov.br